

Princípios-chave para a Promoção da Qualidade na Educação Inclusiva

Recomendações para a prática



PRINCÍPIOS-CHAVE PARA A PROMOÇÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Recomendações para a prática



A *European Agency for Development in Special Needs Education* é uma organização independente, apoiada pelos países membros da Agência e pelas instituições europeias (Comissão e Parlamento).

As opiniões expressas neste documento não representam necessariamente a posição oficial da Agência, dos países membros ou da Comissão. A Comissão não pode ser responsabilizada pela utilização que possa ser feita das informações contidas neste documento.

São permitidos excertos deste documento desde que devidamente referenciada a fonte, da seguinte forma: European Agency for Development in Special Needs Education (2011) *Princípios-chave para a Promoção da Qualidade na Educação Inclusiva – Recomendações para a prática*, Odense, Denmark: European Agency for Development in Special Needs Education.

Para garantir o acesso à informação, o relatório está disponível em formato eletrónico, em 21 línguas, no *website* da Agência: www.european-agency.org

Este relatório foi elaborado por:

George Borg, Membro do Conselho de Representantes, Malta

John Hunter, Membro do Conselho de Representantes, Reino Unido (Irlanda do Norte)

Bryndis Sigurjónsdóttir, Coordenador Nacional, Islândia

Simona D'Alessio, Agência Europeia

Editado por Verity Donnelly, Agência Europeia

Capa: Daniela Demeterová, República Checa

ISBN: 978-87-7110-312-0 (versão electrónica)

ISBN: 978-87-7110-291-8 (versão impressa)

© **European Agency for Development in Special Needs Education 2011**

Secretariado
Østre Stationsvej 33
DK-5000 Odense C Denmark
Tel: +45 64 41 00 20
secretariat@european-agency.org

Brussels Office
3 Avenue Palmerston
BE-1000 Brussels Belgium
Tel: +32 2 280 33 59
brussels.office@european-agency.org

www.european-agency.org



Education and Culture DG

Lifelong Learning Programme

Este documento foi produzido com o apoio da DG de Educação e Cultura da Comissão Europeia:
http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/index_en.htm



ÍNDICE

PREFÁCIO	5
1. INTRODUÇÃO	7
1.1 Enquadramento contextual	7
2. ALARGAR A PARTICIPAÇÃO A TODOS OS ALUNOS.....	9
3. PRINCÍPIOS-CHAVE PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	13
3.1 Ouvir a voz dos alunos	13
3.2 Participação ativa dos alunos	13
3.3 Atitudes positivas dos professores	14
3.4 Competências dos professores	15
3.5 Visão da direção da escola.....	16
3.6 Serviços interdisciplinares coerentes.....	18
4. COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS.....	19
5. MAIS INFORMAÇÃO	20
5.1 Fontes da Agência.....	20
5.2 Outras fontes	21



PREFÁCIO

O primeiro relatório da série Princípios-Chave teve por base o trabalho da Agência publicado até 2003. Uma primeira revisão do trabalho da Agência foi publicada em 2009, no documento *Promover a Qualidade na Educação Inclusiva – Recomendações para Decisores Políticos*. Ambos os documentos apresentam uma síntese dos principais resultados do trabalho temático da Agência para apoiar o desenvolvimento de políticas inclusivas.

Em 2007, os representantes da Agência decidiram que estas informações síntese deviam ser produzidas regularmente e que este trabalho devia incidir não só sobre as políticas mas também sobre os princípios-chave para as práticas. Assim, o presente documento faz uma revisão do trabalho da Agência desde 2003 apresentando os princípios para a prática inclusiva em evidência nos projetos temáticos de todos os países membros. A lista completa dos documentos utilizados nesta revisão pode ser encontrada na Secção 5.

Espera-se que estas recomendações sobre princípios-chave para as práticas, preparadas por decisores políticos para decisores políticos e praticantes, em conjunto com a publicação da Agência de 2009, apoiem todos aqueles que proporcionam liderança na educação na promoção de um sistema educativo mais inclusivo em toda a Europa.

A evidência retirada das publicações temáticas da Agência utilizadas na elaboração dos princípios para as práticas, agora apresentados, foi definida numa matriz que pode ser encontrada em: <http://www.european-agency.org/agency-projects/key-principles>

Cor Meijer

Director: European Agency for Development in Special Needs Education



1. INTRODUÇÃO

Os relatórios da Agência sobre Princípios-Chave, publicados em 2003 e 2009, apresentaram recomendações sobre os aspectos da política educativa que parecem ser eficazes no apoio à inclusão de alunos com diferentes tipos de necessidades educativas especiais (NEE) e que sustentam o princípio da educação de qualidade para todos. O presente documento, baseado no trabalho da Agência desde 2003, sintetiza os princípios-chave para a prática que parecem ser cruciais na prestação de um apoio de qualidade a alunos com diferentes necessidades, em ambientes comuns.

1.1 Enquadramento contextual

Alguns princípios-chave europeus e internacionais estão sintetizados em: <http://www.european-agency.org/agency-projects/key-principles/a-european-and-international-approach-to-inclusive-education>. Algumas das mais recentes publicações realçam a necessidade das escolas se tornarem mais eficazes na educação de todos os alunos nas suas comunidades proporcionando-lhes o ambiente adequado.

De acordo com as Orientações Políticas sobre Inclusão na Educação de 2009 da UNESCO, é cada vez mais reconhecido que a inclusão e qualidade são recíprocas uma vez que uma cultura inclusiva pode contribuir significativamente para a qualidade da educação de todos os alunos. É da maior importância o papel crescente da educação inclusiva no desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, que valoriza a diversidade. Tal desenvolvimento envolve princípios como a igualdade de oportunidades, a não discriminação e o acesso universal e, em particular, deve ter em conta as necessidades individuais dos alunos em risco de exclusão social e de marginalização.

O Conselho da União Europeia (2009) refere que: 'A educação deve promover as competências interculturais, os valores democráticos e o respeito pelos direitos fundamentais e pelo ambiente, bem como combater todas as formas de discriminação, preparando todos os jovens para interagir positivamente com os seus pares de origens diversas' (p. 3).

Esta relação é também reforçada pelas conclusões do Conselho de Ministros sobre a dimensão social da educação e da formação



(2010) que referem que os sistemas de ensino em toda a UE necessitam de assegurar a equidade e a excelência e de reconhecer que a melhoria dos níveis de educação e das competências essenciais para todos são cruciais não só para o crescimento económico e a competitividade mas também para reduzir a pobreza e promover a inclusão social.

A Comissão das Comunidades Europeias (2006), ao definir equidade, afirma que ela é: ‘... vista como o ponto até onde os indivíduos podem tirar benefícios da educação e da formação, em termos de oportunidades, acesso, tratamento e resultados’ (p. 2). A OCDE (2007) liga a equidade à justiça e afirma que as condições pessoais e sociais não devem ser um obstáculo para alcançar o potencial educativo.

A *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (2006), e especificamente o Artigo 24 sobre ‘Educação’, também advoga a educação inclusiva e, juntamente com o protocolo opcional, tem vindo a ser ratificada por um número crescente de países membros da Agência e pela União Europeia. A Estratégia da UE para a Deficiência 2010–2020 visa alinhar as políticas da UE com a Convenção.

O Relatório Mundial sobre Deficiência (2011) enfatiza a importância da formação adequada dos professores do ensino regular para que se sintam confiantes e competentes no ensino de crianças com diferentes necessidades educativas. O relatório refere que os programas de formação de professores devem incluir atitudes e valores e não apenas conhecimentos e competências.

A inclusão é um tema amplamente debatido entre os países membros da Agência e, embora sejam utilizadas várias abordagens para responder às diversas necessidades dos alunos, particularmente daqueles que apresentam necessidades especiais/deficiência, há também um conjunto de elementos comuns orientados para a melhoria dos resultados para todos os alunos. A próxima secção descreve os princípios baseados nas evidências que emergiram do trabalho da Agência apresentado na secção 3.



2. ALARGAR A PARTICIPAÇÃO A TODOS OS ALUNOS

Na publicação *Princípios-Chave para a Promoção da Qualidade em Educação Inclusiva* (2009) foi considerado como princípio mais abrangente o alargar a participação para aumentar as oportunidades educacionais de todos os alunos, dele decorrendo seis temas interligados:

- educação e formação em inclusão para todos os professores;
- cultura organizacional que promova a inclusão;
- estruturas de apoio organizadas para apoiar a inclusão;
- sistemas flexíveis de recursos que promovam a inclusão;
- políticas que promovam a inclusão;
- legislação que promova a inclusão.

Estes temas constituem a base dos princípios para a prática identificados nos projetos temáticos da Agência, apresentados no presente documento onde são analisados mais detalhadamente.

Conforme foi referido na introdução, a inclusão é atualmente entendida como uma questão de direitos humanos, que diz respeito a um vasto grupo de alunos muito para além daqueles que apresentam necessidades educativas especiais. Como refere o relatório da Agência, de 2011, *Participation in Inclusive Education – A Framework for Developing Indicators*, muitos alunos, embora frequentem a escola, não participam na aprendizagem e abandonam a escola sem terem atingido resultados positivos. A participação ativa em todos os aspetos da vida escolar é essencial para que os alunos tirem o máximo proveito da aprendizagem para a vida adulta, para o trabalho e para a cidadania.

Quanto ao abandono escolar precoce, o Conselho da União Europeia (2011) afirma que: 'As medidas de política que podem fazer a diferença devem incluir uma educação melhor na infância, currículos atualizados, melhoria na formação de professores, métodos de ensino inovadores, apoio individualizado, particularmente para grupos desfavorecidos, e uma mais forte cooperação com as famílias e com a comunidade local' (p. 2). Através de parcerias eficazes, as escolas são cada vez mais



capazes de influenciar positivamente as condições que lhe são exteriores, melhorando o apoio aos alunos e às suas famílias.


Nas recentes publicações da *Agência Implementação do Processo de Avaliação* (2009) e *Formação de Professores para a Inclusão na Europa* (2011) é afirmado que os professores precisam de tempo para a reflexão profissional e que tanto os professores como os alunos devem desenvolver um pensamento positivo, entendendo os desafios e os erros como oportunidades de aprendizagem.

Em todos os contextos, a diversidade deve ser celebrada e valorizada e a diferença considerada um recurso para a aprendizagem. A formação inicial e contínua de professores tem, claramente, um papel importante no desenvolvimento de atitudes positivas, no conhecimento e nas competências.

A publicação *Processo de Avaliação em Contextos Inclusivos* (2007) realça o papel crucial dos diretores das escolas no movimento de transição para a educação inclusiva. Embora os professores, na sua sala de aula, possam influenciar o ensino e a aprendizagem, não podem garantir o desenvolvimento de práticas inclusivas se a equipa diretiva da escola não apoiar o seu trabalho e o seu desenvolvimento profissional contínuo. Os diretores das escolas devem criar condições para o desenvolvimento da inclusão através do trabalho colaborativo de equipa, de interações positivas e da inovação.

Nas escolas com um ambiente positivo, os alunos são ativamente envolvidos na avaliação e na aprendizagem, como é referido na publicação *Vozes Jovens: Ao Encontro da Diversidade na Educação* (2008). O *Relatório Mundial sobre Deficiência* (2011) salienta que os alunos com deficiência devem ser ouvidos. Para que isso aconteça, devem facultar-se aos alunos oportunidades de acesso à informação (por exemplo, através de métodos de comunicação apropriados) e, seguidamente, os alunos devem ser ajudados a processar informações, a organizar ideias e a responder de maneira significativa.

No entanto, os professores não podem garantir o desenvolvimento de práticas inclusivas se a direção da escola não apoiar o seu trabalho. A publicação *Processo de Avaliação em Contextos Inclusivos* (2007) afirma que o papel dos diretores das escolas é crucial no movimento de transição para a educação inclusiva.



O relatório da Agência *Processo de Avaliação em Contextos Inclusivos* (2007) afirma que os professores atuam cada vez mais como guias e facilitadores da aprendizagem. O processo de avaliação faz parte integrante do processo de aprendizagem, no qual os alunos manifestam as suas preferências, interesses e barreiras na aprendizagem. A importância de abordagens individualizadas é referida nas publicações da Agência *Special Needs Education* (2003) e *Diversidade Multicultural e Necessidades Especiais de Educação* (2009). O relatório *ICTs Education for People with Disabilities* (2011), (uma publicação conjunta com a UNESCO IITE), sublinha que as TIC podem constituir uma poderosa ferramenta no apoio à aprendizagem.

Os contextos especializados constituem um parceiro fundamental no desenvolvimento de práticas inclusivas. Podem facilitar o intercâmbio de conhecimentos entre profissionais, através do trabalho em rede, e aumentar a capacidade de todas as escolas para responderem às diversas necessidades. A publicação *Special Needs Education in Europe –Thematic Publication* (2003) realça que esta prática permitirá melhorar o apoio a todos os alunos.

Os alunos e famílias que necessitam de apoio adicional devem poder aceder a planos coerentes que garantam serviços adequados, acessíveis e consistentes que respondam às suas necessidades e permitam obter resultados positivos de longo prazo. Conforme referido na publicação *Intervenção Precoce na Infância: Progressos e Desenvolvimentos 2005–2010* (2010), as escolas e os serviços de apoio devem trabalhar em estreita cooperação para responderem às necessidades das crianças e das suas famílias, na sua comunidade local. O investimento nas primeiras idades e no apoio precoce deve ser visto como um investimento a longo prazo que reduzirá os serviços a alunos vulneráveis na vida adulta.

O relatório *ICTs in Education for People with Disabilities* (2011) realça a importância de envolver as famílias no desenvolvimento de ferramentas e de abordagens de aprendizagem que podem ser usadas em casa, dando continuidade, de forma coordenada, ao trabalho da escola.

O documento *Implementação da Avaliação Inclusiva* (2009) descreve a transição do trabalho multidisciplinar, para o interdisciplinar que integra o conhecimento e as perspetivas de diferentes áreas de especialização profissional para desenvolverem



abordagens holísticas e serviços de apoio mais flexíveis. Esta abordagem cooperativa exige colaboração entre os vários setores (saúde e serviços sociais), a todos os níveis.

Embora reconhecendo o papel fundamental do professor e dos diretores das escolas, os princípios-chave apresentados neste documento partem de uma perspectiva centrada no aluno, colocando as crianças e os jovens no centro do planeamento através da sua presença (acesso e assiduidade), participação (em experiências de aprendizagem de qualidade) e realização (resultados através do envolvimento no processo de aprendizagem). Este modelo, apresentado em *Guidelines for Inclusion* (2005) da UNESCO, que reúne elementos do trabalho da Agência, sublinha que a presença em qualquer contexto educativo, só por si, não é suficiente. Os alunos precisam de ser participantes ativos da sua própria avaliação e aprendizagem e de serem totalmente envolvidos em todas as decisões sobre o seu futuro.



3. PRINCÍPIOS-CHAVE PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Embora o trabalho da Agência focalize, maioritariamente, o ensino obrigatório, estes princípios aplicam-se a todos os setores e níveis da formação ao longo da vida e à educação formal e não formal. Os princípios centrados no aluno aplicam-se aos alunos com e sem deficiência, uma vez que a inclusão diz respeito à qualidade da educação para todos os alunos.

3.1 Ouvir a voz dos alunos

A voz dos alunos e a das famílias ou seus representantes devem ser ouvidas, especialmente quando as decisões afetam as suas vidas.

Os alunos devem receber informação relevante, em formatos acessíveis, que os habilite a participar em todas as discussões e decisões sobre a sua educação e planos para o futuro.

Os alunos devem ser ouvidos nas decisões que os afetam:

- no processo de avaliação, selecionando diferentes maneiras de mostrar o que sabem, compreendem e podem fazer, participando nas reuniões sobre a informação resultante do processo de avaliação e sobre a forma como esta pode apoiar a aprendizagem futura;
- no planeamento da aprendizagem, tendo em conta os fatores pessoais;
- nas medidas de apoio destinadas a superar as barreiras à aprendizagem que não os estigmatize ou separe dos seus pares;
- no currículo, tendo uma palavra a dizer quanto aos resultados relevantes, significativos e personalizados;
- na avaliação dos resultados da aprendizagem para garantir a realização educacional e o bem-estar.

3.2 Participação ativa dos alunos

Todos os alunos têm o direito a participar ativamente na vida da escola e da comunidade.

Todos os alunos devem sentir que fazem parte da sua turma/escola, sendo valorizados pelo seu contributo para a vida da comunidade.



Os alunos devem ser consultados sobre o apoio adicional necessário para os ajudar a participar nas atividades.

Os alunos devem:

- ter um sentido de pertença e de segurança no contexto escolar;
- ter oportunidades de colaboração e de aprendizagem cooperativa, em grupos flexíveis, para desenvolverem competências sociais e comunicacionais;
- ver reconhecidos e valorizados os resultados atingidos;
- participar nas atividades extra-curriculares e nas realizadas fora da escola;
- assumir a responsabilidade pela sua própria aprendizagem e desempenhar um papel ativo no processo de aprendizagem, mantendo altas expectativas e uma crescente independência;
- reconhecer as suas responsabilidades para com os outros na escola e na comunidade.

3.3 Atitudes positivas dos professores

Todos os professores devem ter atitudes positivas em relação a todos os alunos e disponibilidade para trabalhar em colaboração com os colegas.

Todos os professores devem entender a diversidade como uma força e um estímulo para sua própria aprendizagem. Na formação inicial e contínua, os professores precisam de experiências que lhes permitam desenvolver atitudes e valores positivos e que os encorajem a investigar, refletir e encontrar soluções inovadoras para os novos desafios colocados pela 'diferença'. Em particular, os professores devem acolher o apoio de colegas de diferentes áreas de conhecimento e trabalhar cooperativamente, passando de uma intervenção individual para uma intervenção coletiva.

Os professores devem:

- assumir a responsabilidade por todos os alunos e compreender as necessidades fundamentais que todos eles têm em comum, por exemplo, sentimento de segurança, sentido de pertença, desfrutar do tempo na escola, alcançar resultados significativos;



- valorizar e assumir o compromisso de responder a uma ampla gama de necessidades (incluindo a saúde emocional e bem-estar, competências sociais) e de manter altas expectativas para todos os alunos;
- reconhecer quando os alunos precisam de apoio e organizar esse apoio, conjuntamente com o aluno, sem usar rótulos potencialmente limitadores;
- conhecer uma gama de recursos (incluindo TIC) e deter as competências que permitam usá-los efetivamente na sala de aula;
- ter uma atitude positiva face à inovação e estarem preparados para investir no seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional;
- colaborar com os colegas de apoio para refletirem sobre a prática e construírem conhecimento e competências 'em equipa', que ajudem os alunos (por exemplo, no desenvolvimento do apoio individual, estratégias de sala de aula ou planos de transição);
- comunicar de forma eficaz com os alunos, pais e colegas de todas as agências e apoiar a prática colaborativa, para beneficiar os alunos.

3.4 Competências dos professores

Todos os professores devem ter competências para responder às diversas necessidades de todos os alunos.

Na formação inicial e contínua, os professores devem adquirir as competências, conhecimento e compreensão que lhes permitam ter a confiança necessária para lidar eficazmente com as diversas necessidades dos alunos. Os professores devem utilizar abordagens para a avaliação e para o ensino que lhes permitam, de forma flexível, reduzir as barreiras à aprendizagem e permitir a participação e o atingir de resultados. Os professores devem criar um racional claro para as abordagens utilizadas, reconhecendo e refletindo sobre os fatores que podem ter impacto na aprendizagem e sobre as barreiras que podem ocorrer.

Os professores devem:



- avaliar os alunos, utilizando abordagens que lhes permitam mostrar, de forma diferente, o que sabem e o que compreendem e o que são capazes de fazer;
- dar *feedback* para identificar e remover as barreiras à aprendizagem (físicas, atitudinais, organizacionais) e para planificar com os alunos, garantindo o acesso a uma formação futura, coerente e relacionada com a sua vida;
- disponibilizar oportunidades de aprendizagem consentâneas com uma visão multidimensional da inteligência;
- utilizar várias abordagens no ensino, utilizar grupos flexíveis e respeitar as preferências dos alunos;
- planificar um currículo relevante que ofereça oportunidades coerentes para o desenvolvimento de competências essenciais e transversais e o envolvimento significativo de todos os alunos;
- trabalhar com os colegas para desenvolverem planos individuais que garantam, de forma consistente, as ajudas e adaptações que respondam às necessidades dos alunos.

3.5 Visão da direção da escola

Os diretores das escolas devem valorizar a diversidade entre os funcionários, bem assim como, entre os alunos, incentivar a colegialidade e apoiar a inovação.

A prática inclusiva eficaz requer uma liderança visionária a todos os níveis, que demonstre valores inclusivos e desenvolva espírito positivo e ambiente de aprendizagem, os quais constituem a base da educação de qualidade. Os valores inclusivos devem ser evidentes em toda a escola, em todas as políticas e planos de desenvolvimento nas relações de trabalho e nas práticas de todos os diretores da escola, funcionários e alunos.

Os diretores das escolas devem:

- criar um ambiente positivo e uma cultura de aprendizagem explicitando a visão, os valores inclusivos e as crenças, relativamente a todos os aspetos da vida escolar;
- garantir que a inclusão e o bem-estar do aluno sejam centrais para todas as políticas e evidentes em todas as práticas;



-
- organizar a escola de modo a evitar rotular ou categorizar os alunos, por exemplo, através de grupos flexíveis para diferentes atividades;
 - trabalhar ativamente para promover respostas à diferença que incluam os alunos, aumentando o que está disponível no seu ambiente habitual de aprendizagem;
 - incentivar e capacitar os funcionários para responderem a uma diversidade de necessidades através de diferentes abordagens de forma a contribuírem, com seus conhecimentos, para toda a comunidade escolar;
 - apoiar os funcionários para refletirem sobre as suas práticas e para se tornarem aprendentes autónomos ao longo da vida;
 - gerir os recursos de forma eficaz, garantindo que refletem e respeitam a diversidade dos alunos, dentro da escola;
 - usar fontes de financiamento de forma criativa para garantir o acesso físico a edifícios e o apoio adequado (incluindo ajudas técnicas/TIC) para todos os alunos;
 - desenvolver avaliações eficazes de acompanhamento, de auto-avaliação e de avaliação centrada no aluno que tenham em conta as realizações de todos os alunos e o aproveitamento escolar;
 - usar os resultados da monitorização e da avaliação para a planificação e melhoria estratégica, desenvolvendo a capacidade da escola para apoiar, o melhor possível, o progresso de todos os alunos;
 - fornecer apoio eficaz a todos os funcionários e trabalhar para mediar as pressões externas, através do desenvolvimento de um racional claro para as abordagens adotadas pela escola;
 - gerir o pessoal especializado e as redes internas e externas para assumirem a responsabilidade conjunta e para trabalharem em parceria de modo a facilitar o acesso ao currículo e a atividades extra-curriculares para todos os alunos;
 - trabalhar com a comunidade local e os serviços de apoio interdisciplinar para garantirem uma intervenção holística e coordenada, com os alunos e suas famílias, que reconheça a necessidade de responder às necessidades mais amplas e para melhorar a aprendizagem.



3.6 Serviços interdisciplinares coerentes

Cada escola deve ter acesso ao apoio dos serviços interdisciplinares da comunidade.

As crianças e os jovens não terão sucesso na aprendizagem se a sua saúde básica e as suas necessidades sociais e emocionais não forem atendidas. Isto pode exigir apoio às famílias e às comunidades, sendo necessária a colaboração com os serviços de saúde e de segurança social que garanta uma intervenção holística.

Os serviços interdisciplinares devem:

- demonstrar boas relações de trabalho e uma comunicação eficaz entre os diferentes setores/serviços e as escolas da comunidade. Devem partilhar a informação e os apoios adequados devem ser prestados atempadamente para responderem às necessidades adicionais (tais como terapias e necessidades médicas, apoio à saúde mental, etc.);
- trabalhar em estreita colaboração com os pais e os alunos para se reforçarem os laços entre a escola, a família e equipa interdisciplinar;
- trabalhar com as escolas para envolverem todos os intervenientes, incluindo as escolas especiais nas suas redes de apoio, e procurar formas inovadoras de partilhar conhecimentos especializados.



4. COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS

Com base no trabalho da Agência e, especialmente, nos princípios-chave delineados nas recomendações de 2009, este documento apresenta as principais considerações para a promoção da prática inclusiva.

Reconhecendo a importância do papel do professor, a Comissão das Comunidades Europeias (2006), afirma: ‘Os fatores mais importantes para a eficiência e a equidade são a qualidade, a experiência e a motivação dos professores e os tipos de pedagogia que utilizam. Trabalhando em colaboração com os pais e os serviços de segurança social, os professores podem desempenhar um papel fundamental que garanta a participação dos “mais desfavorecidos”’ (p. 6).

Cor Meijer, falando no lançamento do *Relatório Mundial sobre Deficiência* (Junho de 2011), disse: ‘Podemos discutir inclusão a muitos níveis, a nível conceptual, a nível político, a nível normativo ou a nível da investigação mas, no final, é o professor que tem que lidar com a diversidade de alunos na sala de aula. É o professor que implementa os princípios da educação inclusiva’.

Os princípios-chave aqui apresentados, foram sempre suportados por aqueles que, em 2009, eram decisores políticos e apoiaram os professores e outros profissionais a desenvolver uma prática mais inclusiva e a responder eficazmente às mais diversas necessidades na sala de aula regular.



5. MAIS INFORMAÇÃO


Toda a informação contida neste documento pode ser encontrada em *Key Principles – Practice* na página web da Agência em: <http://www.european-agency.org/agency-projects/key-principles>

A informação inclui:

- Uma ‘matriz’ de evidência dos estudos da agência que suportam cada um dos princípios-chave apresentados na secção 3;
- *Links* para todas as publicações da Agência e materiais referenciados neste documento.

5.1 Fontes da Agência

- *Necessidades Educativas Especiais na Europa* (2003)
- *Educação Especial na Europa – Publicação Temática* (Volume 1, 2003 e Volume 2, 2006)
- *Educação Inclusiva e Práticas de Sala de Aula nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico* (2005)
- *Young Views on Special Needs Education* (2005)
- *Intervenção Precoce na Infância* (2005)
- *Planos Individuais de Transição* (2006)
- *Processo de Avaliação em Contextos Inclusivos* (2007 e 2009)
- *Vozes Jovens: Ao Encontro da Diversidade na Educação* (2008)
- *Declaração de Lisboa* (2007)
- *Implementação do Processo de Avaliação Inclusiva* (2009); *Avaliação para a Aprendizagem e Alunos com Necessidades Educativas Especiais* (2009); *Pôr em Prática a Avaliação Inclusiva* (2009); *Recomendações do Chipre sobre avaliação inclusiva* (2009)
- *Desenvolvimento de um conjunto de indicadores – para a educação inclusiva na Europa* (2009)
- *Diversidade Multicultural e Necessidades Especiais de Educação* (2009)

- 
-
- *Intervenção Precoce na Infância – Progressos e Desenvolvimentos 2005–2010* (2010)
 - *Inclusive Education in Action – Project Framework and Rationale* (2010)
 - *Teacher Education for Inclusion – Literature Review* (2010)
 - *ICTs in education for People with Disabilities* (2011)
 - *Teacher Education for Inclusion across Europe* (2011)
 - *Participation in Inclusive Education – A Framework for Developing Indicators* (2011).

5.2 Outras fontes

Comissão das Comunidades Europeias (2006) Comunicado da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu. *Eficiência e Equidade nos sistemas de educação e formação*. Bruxelas, 8.9.2006 COM(2006) 481 final

Comissão das Comunidades Europeias (2010) *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Estratégia Europeia para a Deficiência 2010–2020: Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras*. Bruxelas, 15.11.2010 COM (2010) 636 final

Conselho da União Europeia (2009a) *Conclusões do Conselho de 12 de Maio de 2009 sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação ('EF 2020')* (Jornal Oficial da União Europeia 2009/C 119/02)

Council of the European Union (2010) *Council conclusions on the social dimension of education and training* 3013th Education, Youth and Culture Council meeting 11/05/2010 http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/educ/114374.pdf

Council of the European Union (2011) *Council conclusions on the role of education and training in the implementation of the 'Europe 2020' strategy* (2011/C 70/01) <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2011:070:0001:0003:EN:PDF>

Nações Unidas (2006) *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. *Diário da República*, 1.^a série – N.º 146 – 30 de Julho de 2009



Organisation for Economic Co-operation and Development (2007) *No more failures: Ten steps to equity in education*, OECD, Paris

UNESCO (2005) *Guidelines for Inclusion: Ensuring Access to Education for All*. UNESCO, Paris

UNESCO (2009) *Policy Guidelines on Inclusion in Education*. UNESCO, Paris http://unesdoc.unesco.org/Ulis/cgibin/ulis.pl?catno=177849&set=4A9F89E7_2_250&gp=1&ll=1

World Health Organization (2011) *World Report on Disability*. Geneva, Switzerland, WHO

PT

O primeiro relatório da série Princípios-Chave teve por base o trabalho da Agência publicado até 2003. Uma posterior revisão do trabalho da Agência foi publicada em 2009 no documento *Princípios-chave para a Promoção da Qualidade na Educação Inclusiva – Recomendações para Decisores Políticos*.

Ambas as publicações apresentam uma síntese das principais conclusões do trabalho temático da Agência destinado a apoiar o desenvolvimento de políticas para a educação inclusiva.

Este terceiro documento da série Princípios-Chave assenta, uma vez mais, no trabalho temático da Agência realizado desde 2003, mas incide sobre os Princípios-Chave para a Prática que apoiam a qualidade na educação inclusiva. Foi elaborado por decisores políticos e por profissionais da área da educação para decisores políticos e para profissionais com responsabilidades na condução das políticas educativas. O objetivo do documento é disponibilizar um resumo dos principais princípios para a prática que parecem ser cruciais na prestação de apoio de qualidade aos alunos com diversas necessidades, em contextos regulares de ensino.

Espera-se que estas recomendações-chave permitam apoiar o movimento para o desenvolvimento de sistemas de educação mais inclusivos em toda a Europa.

